

Nos Estados Unidos, algumas universidades decidem terceirizar a avaliação dos alunos

'INFLAÇÃO DE NOTA A' PODE REFLETIR ABORDAGEM DA EDUCAÇÃO EM QUE O ALUNO É TRATADO COMO CLIENTE A SER SATISFEITO **Por Carlos Orsi**

Preocupadas com o que chamam de "inflação da nota A" - um aumento sensível na proporção de notas altas obtidas por estudantes do ensino superior nas últimas décadas - algumas instituições norte-americanas estão tirando do professor que dá a aula e aplica a prova a prerrogativa de corrigi-la e avaliá-la, informa *The Chronicle of Higher Education*.

No que talvez seja o movimento mais polêmico nessa direção, a Universidade da Flórida Central adotou um software para corrigir, até mesmo, as respostas de seus estudantes a questões dissertativas. Ouvida pelo *Chronicle*, a professora de Biologia Pam Thomas conta que, numa competição com um grupo de avaliadores humanos, o programa, chamado SAGrader, saiu-se melhor - foi mais consistente na aplicação das notas e, obviamente, não teve seus critérios afetados por fatores como tédio ou fadiga.

A professora diz que configurar o programa para sua disciplina não foi fácil, já que era necessário "explicar" detalhadamente o que constituiria uma resposta correta.

Já a Universidade Western Governors, uma instituição experimental que só oferece cursos online, optou por montar uma equipe de 300 professores adjuntos cuja única função é dar notas.

O método de ensino da Western Governors consiste em preparar os estudantes para realizar uma série de tarefas online. A preparação é feita a distância por "mentores", na linguagem da instituição.

O sucesso ou fracasso no desempenho das tarefas, teoricamente desenhadas para testar as competências desenvolvidas pelo aluno, é avaliado pelos adjuntos. A identidade desses avaliadores

é desconhecida, tanto pelos estudantes quanto pelos mentores.

A universidade exige que os avaliadores tenham, pelo menos, um mestrado na área em que irão julgar, e submete-os a ciclos de "calibragem", nos quais têm de avaliar testes simulados a fim de garantir a consistência de critérios.

INFLAÇÃO DE NOTA 10

O fenômeno da "inflação do A" foi constatado estatisticamente em um estudo publicado, em julho deste ano, no periódico *Teachers College Record*. Intitulado "Where A Is Ordinary: The Evolution of American College and University Grading" (Onde A é comum: a evolução das notas nas faculdades e universidades americanas), o trabalho analisa o histórico das notas dadas a estudantes de ensino superior de mais de 200 instituições dos Estados Unidos, entre 1940 e 2009. Foram analisadas as notas dadas a cerca de 1,5 milhão de estudantes.

O trabalho conclui que, em média, o "A" - numa escala que desce até "F" - representa atualmente 43% de todas as notas, num acréscimo de 28 pontos percentuais desde 1960, e de 12 pontos desde 1988. Escolas particulares tendem a dar muito mais notas "A" e "B" do que instituições públicas do mesmo nível de exigência na seleção de alunos.

Depois de notar que as notas que um estudante obtém na universidade podem afetar "suas chances de formar-se, sua motivação acadêmica e suas opções para encontrar emprego", os autores, Stuart Rojstaczer e Christopher Healy, escrevem que "é provável que em muitas escolas seletivas ou altamente seletivas as notas de graduação

estejam tão saturadas no extremo mais alto que tenham pouca utilidade como fator de motivação dos estudantes ou como ferramenta de avaliação para cursos de pós-graduação ou empregadores". No fim, advertem os autores, o sistema de atribuição de notas, se não for reavaliado, corre o risco de perder todo o significado.

Uma explicação sugerida para o fenômeno seria a "abordagem baseada em consumo" da educação, na qual o estudante passa a ser tratado como um cliente que precisa ser "satisfeito".

Mas nem todos os especialistas estão conven-

cidos de que a "inflação do A" seja um problema - é possível que os estudantes estejam, de fato, fazendo por merecer as notas mais altas - ou que, se o problema for real, afastar o professor da avaliação seja uma solução. "Não consigo imaginar a terceirização das notas", pondera ao *Chronicle* a diretora-executiva do Instituto Scheyer de Excelência em Ensino da Universidade Estadual da Pensilvânia (EUA). "O público já pensa que os docentes têm um trabalho muito confortável. Não posso imaginar o que aconteceria se terceirizássemos as notas."

Americanas têm vantagem em rankings 2011

RANKING DA *TIMES HIGHER EDUCATION*, DIVULGADO EM OUTUBRO, DÁ PESO MAIOR PARA CRITÉRIOS COMO FRAÇÃO DA RECEITA DA INSTITUIÇÃO GERADA POR INOVAÇÃO

Cinco universidades aparecem entre as dez melhores do mundo nos três principais rankings de instituições de ensino superior divulgados em 2011, sendo três americanas e duas, britânicas. Essas cinco unanimidades são Harvard, MIT e Universidade de Chicago (EUA) e Oxford e Cambridge (Reino Unido).

A Universidade Harvard aparece em segundo lugar no ranking 2011 da QS Quacquarelli Symonds, consultoria especializada em educação, o QS World University 2011/2012, divulgado no início de setembro. A mesma instituição havia ficado em primeiro lugar no ranking 2011 da universidade chinesa Shanghai-Jiao Tong, publicado em agosto. Harvard também é a segunda colocada no ranking 2011/2012 da revista *Times Higher Education* (THE), divulgado no início de outubro.

Na classificação da QS, a melhor

universidade do planeta é a britânica Cambridge, que ocupa a sexta posição no ranking da THE, e a quinta na listagem de Shanghai-Jiao Tong. Já para o THE, a melhor instituição global é o Instituto de Tecnologia da Califórnia (Caltech), que aparece em sexto lugar no ranking de Shanghai e apenas em 12º no QS.

Como a diferença na posição do Caltech mostra, os três rankings revelam semelhanças, mas também inconsistências, em suas listas de "top ten", para além da variação de algumas posições entre uma universidade e outra.

O ranking QS, por exemplo, é o único a incluir University College London e a Universidade da Pensilvânia entre as dez melhores. Já a americana Stanford aparece na faixa de dez melhores apenas para THE e Shanghai; e Yale só consta entre as "top ten" para o QS, tendo caído para a 11ª posição

na listagem da THE.

Chicago, por sua vez, representa uma convergência entre os três rankings, aparecendo em 9º lugar nas listas da THE e Shanghai, e em 10º na QS. Já a Universidade da Califórnia em Berkeley é listada entre as dez melhores por THE e Shanghai, mas não QS.

USP GANHA POSIÇÕES

A Universidade de São Paulo (USP) avançou nos rankings QS e THE. A instituição atingiu a 169ª posição no QS, um ganho de 84 lugares na comparação com sua última classificação nessa lista, que tinha sido a 253ª posição.

A *Times Higher Education* também põe a USP entre as 200 melhores do mundo, na 178ª posição, um ganho de 54 lugares que coloca a universidade como a melhor rankeada de toda a América Latina.

O ranking da THE elenca mais

duas universidades da América do Sul, Unicamp (na faixa de posições de 276 a 300) e Pontifícia Universidade Católica do Chile (de 351 a 400).

As outras instituições nacionais mais bem colocadas no QS são a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em 235º lugar, subindo 57 posições a partir de sua colocação no ano passado (292º lugar), e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que aparece na 381ª posição, a mesma de 2010. Já a Unesp subiu de faixa, passando do intervalo 551-600 para o 501-550.

Entre os critérios utilizados pelo QS estão a reputação da universidade no meio acadêmico (peso de 40%) e

entre as empresas que podem oferecer emprego aos formandos (10%); a taxa de citações de artigos científicos por professor (20%), a taxa de alunos por professor (20%) e proporção tanto de docentes (5%) como de alunos internacionais (5%).

Já o ranking de Shanghai Jiao-Tong tem mais ênfase na qualidade da pesquisa científica desenvolvida, levando em conta, por exemplo, o número de prêmios Nobel e medalhas Fields de cada instituição, e o número de artigos publicados em *Science* e *Nature*. O THE, por sua vez, abre espaço para critérios como a fração da receita da instituição gerada por inovação tecnológica e por verbas para pesquisa.

RANKING LATINO

AQS também divulgou um ranking exclusivo de universidades latino-americanas. Nessa listagem, a USP aparece em primeiro lugar, seguida da Pontifícia Universidade Católica do Chile e da Unicamp.

Ao todos, das 100 melhores instituições da região, 31 são brasileiras. Depois da Unicamp (em terceiro lugar) aparecem, entre as nacionais, a Universidade Federal de Minas Gerais (10º lugar) e Universidade de Brasília (11º).

Na relação das dez melhores instituições latinas, o Brasil aparece com três; Chile e México, com duas, cada. Argentina e Colômbia têm uma. **(C.O.)**

Ensino superior eleva expectativa de renda do brasileiro em mais de 150%

NOS PAÍSES DA OCDE, PESSOA COM DIPLOMA UNIVERSITÁRIO PODE ESPERAR GANHAR 50% MAIS QUE ALGUÉM COM ENSINO MÉDIO

O ganho, em termos de expectativa de renda, que o brasileiro tem ao completar o ensino superior é o maior de todos os países analisados no relatório "Education at a Glance", divulgado em setembro pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Na média dos países da OCDE, uma pessoa com grau universitário pode esperar ganhar pouco mais de 50% do que alguém que só tenha completado o ensino médio. No Brasil, essa expectativa é de mais de 150%, chegando a 164% para os profissionais mais experientes, na faixa de 55 a 64 anos de idade.

Mas o relatório alerta para o fato de que os brasileiros que não chegam a completar o secundário sofrem um impacto grave em suas perspectivas de renda. Seu ganho é apenas 53% do de um trabalhador com nível médio, ou 34% do de um que tenha completado um curso superior.

Essa disparidade é muito maior que a média da OCDE, onde uma pessoa sem um diploma de ensino médio tem uma perspectiva de renda que corresponde a 77% dos ganhos de alguém que tenha completado esse nível escolar, ou 50% da renda de um trabalhador com grau universitário.

O efeito da educação superior sobre a renda, no Brasil, é sentido tanto entre os homens quanto entre as mulheres, ainda que a desigualdade entre os sexos persista: um brasileiro com curso universitário pode esperar ganhar 175% mais que outro que tenha concluído apenas o ensino médio. Já uma brasileira com diploma de curso superior tem uma expectativa de renda 163% maior em relação a uma mulher que só tenha o ensino médio.

EDUCAÇÃO E DESEMPREGO

O principal destaque do relatório é a constatação

de que, em meio à crise econômica internacional dos últimos anos, as pessoas com formação universitária sofreram muito menos com o desemprego.

O levantamento cobre os países-membros da organização - EUA, nações da Europa, Turquia, Japão, Israel, Coreia do Sul, Nova Zelândia, Chile e México - além de Brasil, Índia, China, Rússia, África do Sul, Argentina, Indonésia e Arábia Saudita.

"Boa educação e habilidades são essenciais para melhoras as perspectivas econômicas e sociais da pessoa", diz o resumo do relatório.

Nos países da OCDE, a taxa média de desemprego entre os profissionais com formação superior foi de 4,4%. Já as pessoas que não haviam completado o ensino médio enfrentaram um desemprego de 11,5%.

Um relatório específico sobre o Brasil constatou o mesmo fenômeno no país. "Os brasileiros de 15 a 29 anos que têm mais anos de educação são os que têm menor risco de desemprego", diz o texto, destacando que a taxa de desemprego entre os formados num curso superior, dentro dessa faixa etária, é de 6,2%, ante 10,2% dos que concluíram apenas o ensino médio.

Proporcionalmente, o Brasil é o país que investe a maior fração de seu PIB per capita nos estudantes de ensino superior; em termos absolutos, os EUA são o país que mais gasta por aluno

No Brasil, a taxa de adultos com ensino médio ou superior completo é de 30% e 11%, respectivamente. Isso fica abaixo da média da OCDE (44% têm ensino médio e 30%, superior), mas o nível de emprego nessas duas faixas - 77,4% e 85,6% - supera a média dos países da organização, que fica em 74,2% (secundário completo) e 83,6% (superior). Já entre os brasileiros que não completaram o secundário, a taxa de emprego é de 68,7%. Para este caso, a média da OCDE é de 56%.

106% DO PIB PER CAPITA POR ALUNO

As instituições públicas brasileiras de ensino superior tiveram um gasto médio, por aluno, equivalente a 106% do PIB per capita do país em 2008, diz o relatório. O gasto médio dos países da OCDE na educação superior é de 41% do PIB per capita. Entre os países do G-20 - grupo que inclui o Brasil - a média é de 49%. Proporcionalmente, o Brasil é o país que investe a maior fração de seu PIB per capita nos estudantes de ensino superior, entre todas as nações analisadas.

Em termos absolutos, no entanto, os Estados Unidos são o país que mais gasta por aluno do ensino superior: US\$ 29.910, ante US\$ 11.610 do Brasil e US\$ 13.717 na média da OCDE. O gasto brasileiro em termos absolutos também fica abaixo da média do G-20, que é de US\$ 12.785.

O relatório aponta ainda que o gasto total das instituições públicas brasileiras por aluno - em todos os níveis de ensino -, naquele ano, ficou em 22% do PIB per capita, abaixo da média da OCDE (27%) e do G-20 (26%). No Brasil, apenas 3% dos estudantes estão no ensino superior, contra mais de 16% na média da OCDE.

A OCDE constatou, ainda que entre 2000 e 2008 o gasto público brasileiro com ensino superior teve um salto de 48%. Mesmo assim, o crescimento do financiamento do sistema não foi capaz de acompanhar o aumento no número de estudantes, que cresceu 57%. Isso levou a uma queda de 6% no gasto por estudante. (C.O.)

Língua portuguesa reduz visibilidade da produção científica nacional

UM ARTIGO BRASILEIRO PUBLICADO EM PORTUGUÊS RECEBE, EM MÉDIA, 0,45 CITAÇÃO; REDIGIDO EM INGLÊS, 0,85

A produção científica brasileira vem crescendo em quantidade nos últimos anos, mas continua de pouca relevância dentro do cenário da ciência mundial, e parte da culpa pode ser da insistência dos pesquisadores em publicar seus trabalhos exclusivamente em português.

O Brasil é, atualmente, o 13º país que mais publica artigos científicos - tendo galgado duas posições, nesse ranking, em apenas um ano, de 2007 para 2008 - e responde por quase 3% da produção científica mundial.

No entanto, a qualidade dessa produção - medida pelo número de citações que um artigo gera, nos trabalhos de outros cientistas, após vir a público - continua abaixo da média mundial.

Há diversas explicações propostas para o fenômeno, como uma suposta falta de ousadia do pesquisador nacional em correr riscos e desbravar novas áreas do conhecimento, ou ainda uma possível má qualidade objetiva

de muitos trabalhos - em termos do levantamento dos dados, formulação da hipótese, análise dos dados - mas a barreira da língua foi especificamente citada em evento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) realizado setembro.

"Precisamos pensar quais artigos devemos publicar só em português, só em inglês e quais devem estar nas duas línguas", disse no evento Abel Packer, coordenador operacional do SciELO, biblioteca online que reúne revistas científicas de acesso livre, citado em reportagem do jornal Folha de S. Paulo.

De acordo com os dados apresentados por Packer, 33% dos artigos científicos assinados por brasileiros saem em revistas nacionais, e apenas 40% das revistas brasileiras oferecem conteúdo em inglês. Em comparação, no caso da China, 67% dos periódicos têm material em inglês. Além disso, um artigo brasileiro publicado em português recebe, em média, 0,45 citação.

Já um artigo nacional redigido em inglês obtém, em média, 0,85 citação.

SIMPLES DEMAIS

No I Colóquio Brasileiro sobre Pesquisa e Publicações Científicas de Alto Impacto, realizado em 2010 no Hospital Israelita Albert Einstein, no entanto, a explicação da barreira da língua foi considerada "a questão mais simples a ser solucionada", de acordo com relato publicado no site Com Ciência.

Os problemas mais profundos mencionados pelos participantes do evento vão desde a má preparação do estudante que vai tornar-se pesquisador à sobrecarga de trabalho do cientista, que se vê às voltas não só com as questões pertinentes à pesquisa, mas também com a burocracia e a falta de pessoal de apoio; e uma suposta falta de competitividade do cientista nacional, que não costuma buscar reconhecimento em grandes periódicos internacionais. (C.O.)

Lecionar melhora qualidade da pesquisa, diz estudo na Science

DEDICAÇÃO AO ENSINO ARTICULA PROCESSOS DE RACIOCÍNIO, DESENVOLVENDO HABILIDADES PARA SOLUÇÃO DE PROBLEMAS

Um levantamento estatístico realizado nos Estados Unidos, com estudantes de pós-graduação nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática, indica que os pós-graduandos que também dão aulas acabam tendo um domínio maior da metodologia da pes-

quisa científica do que os que se dedicam, exclusivamente, ao trabalho de laboratório.

Publicado na edição de 19 de agosto da revista *Science*, o trabalho comparou propostas de pesquisa submetidas, por escrito, por 95 pós-graduandos. Pediu-se aos estudantes que sub-

metessem uma proposta inicial e, ao cabo do ano acadêmico, uma segunda versão, revisada.

Dos 95 voluntários, 49 passaram o intervalo entre uma submissão e outra divididos entre tarefas de pesquisa e ensino, e 46, dedicados exclusivamente à pesquisa.

A qualidade dos trabalhos apresentados foi medida por grupos de, no mínimo, dois avaliadores, e discrepâncias entre as avaliações foram resolvidas por debate e consenso entre eles.

As habilidades avaliadas foram: definição do contexto do estudo; formulação de hipóteses testáveis; atenção à validade e confiabilidade dos métodos; desenho experimental; seleção adequada dos dados para análise; fundamento das conclusões nos dados; apresentação dos dados; identificação de limitações; uso eficaz da literatura primária.

Depois de aplicar uma série de controles estatísticos para compensar as diferenças entre os dois grupos - como experiência prévia dos participantes em desenho de experimentos e diferentes níveis de compreensão do método científico - os autores afirmam ter encontrado correlações significativas entre a dedicação ao ensino e um ganho de qualidade da geração de hipóteses testáveis e na capacidade de propor experimentos válidos.

O artigo afirma que a ideia de que o ensino pode ajudar a melhorar a qualidade da pesquisa já havia sido sugerida por levantamentos baseados em entrevistas e em avaliações subjetivas. "Quando os estudantes são levados a articular seus processos de raciocínio, há evidência substancial de que desenvolvem esquemas mais eficazes e elaborados para a solução de problemas", escrevem os autores, notando, no entanto, que as análises quantitativas a respeito do assunto ainda são escassas - situação que seu artigo, "Graduate Student's Teaching Experience Improve Their Methodological Research Skills" ("Experiência de ensino de estudantes de pós-graduação melhora suas habilidades em metodologia de pesquisa"), propõe-se a mitigar.

Eles concluem que os dados levantados em

Outro artigo na Science sugere iniciativas para a valorização do ensino, como criação de prêmios para professores extraordinários e exigência de excelência em sala de aula como requisito para promoções

seu trabalho, coletados entre 2007 e 2010, "fornecem provas diretas, baseadas em performance, de melhora em capacidades específicas de pesquisa, associada a experiências de ensino", acrescentando que uma simples diferença na qualidade geral da redação das propostas "não pode dar conta dos efeitos observados, porque apenas perícias específicas mostraram resultados diferenciados de acordo com o tipo de experiência".

O artigo nota que existem preocupações quanto ao nível do preparo atual dos pós-graduandos em ciências exatas para atividade docente, e conclui afirmando que uma redefinição dos deveres de ensino dos estudantes de pós-graduação como algo que agrega valor a seu treinamento como pesquisadores "sugere diversas mudanças na cultura e na prática da educação em ciência, tecnologia, educação e matemática".

Os autores são pesquisadores ligados a universidades dos Estados Unidos e de Dubai. O principal autor é David F. Feldon, do Centro de Estudos Avançados em Docência e Aprendizado do Ensino Superior da Universidade de Virgínia. ►

CULTURA DE INCENTIVOS

Em sua edição de 14 de janeiro, a mesma *Science* já havia publicado artigo chamando atenção para o fato de que o sistema de incentivos presente nas universidades ligadas a ciência, tecnologia, engenharia e matemática tende a sobrevalorizar a pesquisa, em detrimento do ensino.

O artigo nota que contribuições notáveis à pesquisa científica são reconhecidas tanto no mundo externo à universidade - por meio de prêmios, por exemplo - quanto internamente, por meio de métricas baseadas em publicações e citações, e recompensadas com verbas e promoções. Já as contribuições à qualidade do ensino acabam passando despercebidas. A obrigação de ensinar acaba sendo chamada de "teaching load" ("carga de aulas"), que pode ser eventualmente "aliviada" em favor de uma dedicação maior à pesquisa.

"Defendemos que excelência em ensino e pesquisa não precisam ser mutuamente exclusivos, mas, em vez disso, estão interligados e podem interagir com sinergia, para melhorar a efetividade de ambos", escrevem os autores, professores-pesquisadores ligados a instituições como as universidades Harvard, Yale, MIT e Universidade da Califórnia.

No artigo, intitulado "Changing the Culture of Science Education at Research Universities" ("Mudando a cultura da educação científica nas universidades de pesquisa"), são propostas sete iniciativas para aumentar a valorização do ensino

- atividade de que depende, afinal, a formação da próxima geração de profissionais e pesquisadores. Entre elas, aparecem a criação de prêmios e cadeiras para professores extraordinários; a exigência de excelência em sala de aula como requisito para promoções; dar aos professores acesso às pesquisas existentes sobre ensino e aprendizado ("nenhum cientista entraria numa pesquisa sem explorar o trabalho anterior sobre o campo, mas poucos educadores universitários leem pesquisa em educação", escrevem os autores); e a criação de grupos de discussão sobre a atividade de ensinar.

"Em nossa opinião, a educação científica não deve apenas fornecer um amplo espectro de conhecimento, mas também desenvolver perícias de pensamento analítico, oferecer uma compreensão do processo de pesquisa científica, inspirar e curiosidade e ser acessível a uma ampla gama de estudantes", diz o texto.

Os autores do texto são todos professores ligados a um programa desenvolvido pelo Instituto Médico Howard Hughes (HHMI, na sigla em inglês) para promover a qualidade no ensino das ciências a estudantes universitários de graduação.

"Os professores HHMI são cientistas pesquisadores bem-sucedidos que também têm um profundo compromisso em tornar a ciência mais interessante para os graduandos", diz a página online do instituto. (C.O.)

Inglaterra teme perder alunos de graduação; na Índia, faltam professores

VALOR MÁXIMO DAS ANUIDADES EM INSTITUIÇÕES INGLESAS TRIPLICOU; NAS 22 PRINCIPAIS UNIVERSIDADES INDIANAS, UM TERÇO DAS VAGAS PARA DOCENTES ESTÁ EM ABERTO

Mais da metade das universidades inglesas espera sofrer uma queda, que pode variar entre 2% e 20%, no total de estudantes de graduação em 2012, quando entra em vigor a decisão do Parlamento que autorizou, em de-

zembro do ano passado, uma elevação de 10% das anuidades cobradas pelas instituições. O valor máximo passou de pouco mais de 3 mil libras para 9 mil libras (de R\$ 7.600 a R\$ 23.000, aproximadamente).

A estimativa da redução de matrículas foi apresentada em relatório elaborado pelo Conselho de Ensino Superior da Inglaterra, que regula a distribuição de verbas públicas para as universidades.

Especialistas esperam perda na diversidade da vida universitária dentro do Reino Unido, com os estudantes optando por permanecer em seu país de origem

Quando a autorização de elevação do teto foi adotada, as autoridades esperavam que as anuidades médias subissem menos do que aconteceu de fato: a anuidade média estimada em dezembro era da ordem de 7.500 libras, de acordo com nota divulgada, na época, pela BBC. O valor médio real, segundo o jornal *The Guardian*, chegou a mais de 8.300 libras.

O Conselho analisou dados da previsão orçamentária das instituições, e determinou que 56% delas esperam queda no total de matrículas de graduação, com uma redução média de 2%; outras 24% esperam aumento e 20%, situação estável.

De acordo com o relatório, citado pelo *Times Higher Education* e pelo *Guardian*, a saúde financeira das instituições é estável, no médio prazo, mas algumas universidades terão de se esforçar mais, no futuro, para gerar receita.

As margens do setor, diz o documento, são "estreitas" e a "principal força financeira" concentra-se num pequeno número de instituições.

BARREIRAS

Os demais países que ocupam a ilha da Grã-Bretanha - Escócia e País de Gales - preparam-se para erguer barreiras a fim de evitar uma invasão em massa de estudantes ingleses em busca de anuidades mais razoáveis,

informa o *Times Higher Education*. O quarto componente do Reino Unido, a Irlanda do Norte, ainda não adotou uma estratégia para enfrentar a questão.

Na Escócia, as universidades também passarão a cobrar uma anuidade que poderá chegar a 9 mil libras de estudantes vindos de outras partes do Reino Unido. O ensino continuará gratuito para os estudantes escoceses. No País de Gales, as anuidades também poderão subir a 9 mil libras, mas o governo subsidiará parte desse valor para os estudantes galeses.

Há o temor de que surja ressentimento nos campi, não apenas entre estudantes dos países do Reino Unido, mas também contra estrangeiros de outras partes da União Europeia. Uma norma da UE determina que alunos de outros países-membros tenham o mesmo tratamento dos nativos em cada integrante do Reino Unido - o que significa que um italiano, por exemplo, deve poder estudar de graça na Escócia, enquanto que seu colega inglês terá de arcar com a pesada anuidade.

No longo prazo, especialistas ouvidos pelo THE esperam uma perda na diversidade da vida universitária dentro do Reino Unido, com os estudantes optando por permanecer em seu país de origem.

O VALOR DA EDUCAÇÃO

Em meio às repercussões do en-

carecimento das anuidades, pesquisa publicada pelo jornal *Sunday Times* ajuda a pôr em perspectiva o que o público britânico pensa do preço da educação superior: menos de um terço dos adultos do Reino Unido acredita que um grau universitário valha realmente 9 mil libras ao ano, mas 59% acham que cursos menores, de dois anos, podem ser uma saída econômica.

Uma das questões da pesquisa estava formulada do seguinte modo: "Quer você concorde ou não com a ideia de que o custo de um diploma universitário deva ser coberto pela cobrança de anuidades, você acha que a educação superior vale ou não 9 mil libras ao ano?"

Responderam "sim" 29% dos entrevistados; 56% disseram que não e 15% declararam-se indecisos. À questão de se apoiariam um aumento na oferta de cursos mais baratos, com dois anos de duração, 59% disseram que sim, 26% que não e 15% não souberam o que responder.

A pesquisa, conduzida pelo instituto YouGov, ouviu 2.464 pessoas, entre os dias 18 e 19 de agosto.

ÍNDIA

Já na Índia, onde o governo vem investindo pesadamente no financiamento da educação - de acordo com a revista *Science*, o gasto do setor multiplicou-se por 14 nos últimos ▶

cinco anos, e em breve poderá chegar a 6% do PIB - o problema é a falta de professores qualificados.

Ainda segundo a Science, no início do ano havia 3.777 posições em aberto nas 22 principais universidades do país que, juntas, oferecem 11.085 vagas para docentes. Um obstáculo citado é a dificuldade das universidades em

tornar atraente a carreira de professor.

Uma medida que está sendo tomada para minimizar o problema é a formação de uma Rede Nacional de Conhecimento, conectando turmas de diferentes universidades por meio de fibra óptica e da internet, o que deve permitir que várias classes sejam atendidas por um mesmo professor,

ainda que remotamente.

Autoridades indianas também estudam formas de atrair instituições estrangeiras de ensino superior ao país, na esperança de que a concorrência leve as universidades locais a melhorar as condições de atração de professores. No entanto, ainda há barreiras legais para a implantação do plano. (C.O.)

Universidade Carnegie Mellon vai abrir campus em Ruanda

PROGRAMA DA CMU NO PAÍS AFRICANO OFERECERÁ MESTRADOS EM TI, ENGENHARIA ELÉTRICA E COMPUTAÇÃO

A Universidade Carnegie Mellon (conhecida também pela sigla em inglês CMU), dos Estados Unidos, pretende abrir um campus afiliado na nação africana de Ruanda, informa *The Chronicle of Higher Education*. Em setembro, o website da CMU já trazia um link para recrutar professores para a nova instalação.

De acordo com o *Chronicle*, o investimento da CMU parece ser "o maior de uma universidade americana no continente até agora". A Carnegie Mellon será a primeira instituição baseada nos EUA a operar um campus completo em solo africano.

Nota divulgada pela universidade diz que o objetivo da iniciativa é "transformar o ensino de pós-graduação na África Oriental", oferecendo novos modelos de "educação, pesquisa e desenvolvimento, e a comercialização de tecnologias de informação e comunicação".

O programa da universidade no país africano oferecerá mestrados em tecnologia da informação, engenharia elétrica e computação. O foco da iniciativa parece ser a inovação tecnológica: "Esforçando-se para se tornar a central tecnológica da África Oriental, Ruanda está investindo pesadamente em infraestrutura na construção de competências nas áreas críticas de tecnologia da

informação e engenharia", prossegue a nota.

Na parte da nota em que abre a oportunidade para professores candidatarem-se a vagas no campus africano - que será baseado na capital, Kigali - a CMU diz buscar candidatos capazes de oferecer programas de pós-graduação "inovadores e interdisciplinares nas áreas de engenharia de software, computação móvel, computação de nuvem, comunicações, segurança da informação, redes sem fio, tecnologias de voz sobre internet (VoIP) e aplicações de banda larga". Serão contratados de 10 a 15 professores.

VERBAS E BOLSAS

O *Chronicle* informa que a universidade receberá US\$ 95 milhões ao longo de um período de dez anos do governo ruandês para tocar o programa, com início previsto para 2012. Espera-se que o campus comece com 40 alunos, crescendo para 150 até 2017.

O governo de Ruanda pagará bolsas para estudantes do país, mas o campus espera atrair candidatos também de outras nações africanas.

A CMU já conta com uma rede de atividades internacionais, mantendo programas no Japão, Austrália, México e Portugal, além de um campus de graduação no Qatar.

GENOCÍDIO E RETOMADA

Ruanda se recupera do genocídio de 1994, quando um número estimado de 800 mil pessoas foram mortas ao longo de cem dias, num massacre perpetrado por membros da etnia hutu contra tutsis e hutus que se opunham ao conflito. Atualmente, o Tribunal Penal Internacional julga 11 acusados pelo genocídio. Cinquenta outras pessoas já foram julgadas, das quais 29 foram condena-

das. Ainda há réus aguardando julgamento e mais de uma dezena de suspeitos foragidos.

Em junho deste ano, a revista *Nature* informava que, a despeito das feridas deixadas pelo massacre, Ruanda passa por um boom econômico. Mas o boom é ameaçado pela explosão populacional, com uma taxa de fertilidade de 6,3 crianças por mulher na zona rural, onde vive 80% da população. **(C.O.)**

Universitários chineses terão curso obrigatório de saúde mental

DURANTE INSTRUÇÃO COMPULSÓRIA SERÃO TRATADOS TEMAS COMO AMOR E SEXO E AS FRUSTRAÇÕES DA VIDA ACADÊMICA

Um curso de psicologia, com instruções sobre educação sexual, vida romântica e como lidar com a frustração, passará a ser obrigatório para os universitários chineses, informou em setembro o jornal oficial *China Daily*, citando o Ministério da Educação.

De acordo com o *Daily*, o ministério encomendou às universidades a criação de um curso compulsório de saúde mental. Citando uma fonte que pediu para se manter anônima, a decisão de tornar os cursos - que já estavam disponíveis em forma eletiva - compulsórios veio da constatação de que "a maioria dos estudantes universitários acaba orientada a buscar ajuda psicológica por causa da grande pressão sobre eles".

O curso terá sete partes. Além da seção sobre amor e sexo, serão tratados outros problemas como as frustrações da vida em geral e da vida acadêmica em particular.

Especialistas ouvidos pelo *China Daily* saudaram a iniciativa, mas um deles, Sang Biao, diretor associado da

Faculdade de Psicologia da East China Normal University (ECNU), pondera que o melhor seria oferecer esse tipo de instrução no ensino médio. "O curso é importante, mas escolher a faixa etária adequada é mais importante", disse.

CRESCIMENTO

A China assistiu a um dramático crescimento no número de estudantes com acesso ao ensino superior nas últimas décadas, de acordo com o relatório "Education at a Glance", divulgado em setembro pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Embora o acesso a esse nível de educação ainda seja baixo, em termos relativos à população total do país (menos de 5% dos chineses de 25 a 64 anos têm nível universitário, segundo a OCDE), a taxa de jovens de 25 a 34 anos de idade com diploma superior é o dobro da de pessoas na faixa dos 55 a 64 anos: 6% e 3%, respectivamente.

Em termos absolutos, a China abriga hoje mais de 30 milhões de estudantes

universitários, quase metade do total dos Estados Unidos (66 milhões). O Brasil, em comparação, tem 10,5 milhões.

O relatório chama atenção, ainda, para o fato de que, dado o tamanho da população chinesa, qualquer pequena mudança no percentual de estudantes universitários representa um grande impacto nos números absolutos. Se a porcentagem de chineses de 25 a 64 anos com nível superior saltasse de 4,6% para 6%, o acréscimo em número de pessoas seria da ordem de 10 milhões, praticamente o mesmo número de universitários no Brasil.

A OCDE nota que a China tem amplo espaço para ampliar o número de estudantes universitários do país: há uma diferença de mais de 20 pontos percentuais entre a proporção de estudantes que completa o ensino médio e cursos preparatórios para o que a OCDE chama de "ensino superior nível A" - cursos de maior duração e de grande carga teórica - e a proporção de estudantes que efetivamente entra nessas universidades. **(C.O.)**